

Causas e soluções da desigualdade entre negros e brancos: raça ou classe?

Políticas específicas ou políticas universalistas?

Wellington Gil Rodrigues*

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar os principais argumentos utilizados no debate sobre as causas das desigualdades entre negros e brancos no Brasil enfatizando as análises de classe e as análises de raça e as possíveis soluções para essa desigualdade, políticas universalistas e políticas específicas. Procura-se demonstrar que o antagonismo entre essas análises pode ser superado em favor de uma análise integradora a qual resulta na adoção de políticas públicas que garantam democraticamente igualdade de acesso ao ensino superior considerando as especificidades dos grupos excluídos sem descuidar das necessidades da população em geral.

Palavras Chave: Raça, Classe, Políticas Específicas, Políticas Universalistas.

1 INTRODUÇÃO

O intenso debate sobre a pertinência ou não de adotar as políticas de ações afirmativas¹ no Brasil tem como pano de fundo a intensificação dos fluxos migratórios gerada pelo novo estágio da globalização econômica e cultural que fez ressurgir no cenário mundial as questões identitárias. Tais questões antes restritas à área de interesse dos pesquisadores extrapolou para o âmbito dos governos, os quais tem agora que ajustar suas políticas públicas aos variados grupos que cada vez mais reivindicam políticas que atendam as suas especificidades de “raça”, gênero, etnia etc. É nesse contexto que a reivindicação do movimento negro e dos grupo pró-cotas por políticas de ação afirmativa e de cotas raciais de acesso ao ensino superior ganharam espaço na agenda do Estado brasileiro.

* Pedagogo, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professor de Currículo na Faculdade Adventista de Educação do Nordeste. Endereço Br 101 Km 197 Faculdades Adventistas Cx.P. 18, Cachoeira-BA. E-mail: wellgil2000@hotmail.com.

¹ As ações afirmativas podem ser definidas como “um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (GOMES, 2003, p 27).

Na adoção de políticas racialistas favoráveis ao negro percebe-se uma mudança de postura do Estado brasileiro, o que equivale a uma condenação do mito da democracia racial² o qual tinha orientado por décadas o posicionamento do Estado em relação à problemática racial. No entanto, de acordo com o grupo pró-cotas ainda se constata fortes resistências a essas políticas por parte da sociedade civil, de seus principais intelectuais e meios de comunicação de massa (cfe. GUIMARÃES, 2003b) e principalmente do campo acadêmico através do grupo anti-cotas que é dominante nesse campo. (cfe. MUNANGA, 2003 e CARVALHO, 2003).

Na perspectiva do pró-cotas Silvério no texto “o papel das ações afirmativas em contextos racializados: algumas anotações sobre o debate brasileiro” (2003), o campo acadêmico hoje vive um dilema. De um lado, tem-se o reconhecimento internacional dos estados democráticos contemporâneos de que é extremamente necessário o equacionamento dos problemas raciais a fim de garantir a estabilização social. De outro lado, encontra-se uma verdadeira polêmica dentro das ciências sociais sobre a validade científica e da utilidade política da categoria “raça” na explicação da exclusão atual!

Esse dilema materializa-se na discussão sobre as cotas através de dois posicionamentos antagônicos: De um lado, estão aqueles que têm identificado como causa das desigualdades raciais, um problema de classe, ou seja, afirmam que a “pobreza não tem cor”. De outro lado, estão os que ressaltam a discriminação de cunho racial como causa da pobreza!

Para se determinar se as políticas de ação afirmativa servem ou não para resolver o problema das desigualdades entre negros e brancos é necessário primeiro entender as causas dessas desigualdades. Daí porque no decorrer deste artigo persegue-se as respostas aos seguintes questionamentos: Quais as explicações sobre a desigualdade racial presentes no debate sobre ação afirmativa no Brasil?

Em um primeiro momento identificam-se duas escolas de pensamento que buscam explicar a situação racial no Brasil, uma que põe ênfase na classe e outra que tem por base a “raça”. Em um segundo momento demonstrar-se como a análise das causas influencia o tipo de política dada como resposta ao problema da desigualdade racial.

2 CAUSAS DA DESIGUALDADE

De acordo com o pró-cotas Guimarães (2002) a idéia de que tanto o preconceito como as desigualdades sociais entre brancos e negros tem sua origem em um problema de classe é

² Conforme Bernadino (2004) o mito da democracia racial tem como características: a) afirmar que no Brasil não existe hostilidade aberta entre os grupos de cor, que nossas relações são pautadas pela cordialidade; b) afirmar que o grande problema não é a “raça” mas sim a classe social, não é a cor mas a pobreza e c) A valorização da miscigenação, da integração entre as “raças”.

senso comum na sociedade brasileira, tendo resistido até hoje apesar dos esforços do movimento negro em desfazer o mito da democracia racial e demonstrar o caráter racial da desigualdade.

Essas resistências às políticas raciais não se restringem apenas à percepção do senso comum de que as discriminações raciais são na verdade discriminações de classe. Por isso destacam-se neste trabalho principalmente as resistências da maioria dos intelectuais do campo acadêmico, o qual nos afirma Silvério (2003) é “daltônico” em relação às dimensões raciais da desigualdade!

Lovell (1992) apresenta duas escolas de pensamento que apesar de concordarem sobre o fato de que a maioria dos negros serem mais pobres do que os brancos, têm no entanto distintas explicações sobre as causas dessa desigualdade.

Na primeira escola temos as pesquisas influenciadas por Pierson (1945) e a produção teórica de Bastide & Fernandes (1955), as quais se baseiam em uma ênfase na categoria classe na explicação da desigualdade.

A segunda escola representada por Hasenbalg (1979) e Valle Silva (1980) rompe com o argumento anterior procurando demonstrar através de pesquisas empíricas a dimensão racial da desigualdade entre negros e brancos fazendo coro com o movimento negro e o grupo pró-cotas na tentativa de desvelar o racismo na sociedade brasileira e exigir do governo políticas voltadas ao seu combate.

Procede-se agora à apresentação dos pressupostos dessas correntes de pensamento, suas origens e principais teóricos, contextualizando-os com o debate sobre a ação afirmativa.

2.1 Classe e Desigualdade

A teoria das classes surge com Marx enquanto teoria das lutas de classes e da mudança histórica. O que Marx explicitou foi que, embora possamos tentar compreender e definir o homem pela linguagem, pela religião, pela consciência, o que fundamentalmente o caracteriza é a forma pela qual reproduz sua condição de existência. (MARX, 1977).

Essa ontologia do ser social em Marx é a matriz que gerou, influenciou e apesar dos revisionismos continua influenciando o que se convencionou chamar de “análises de classe”, pois é nas pesquisas de Marx que encontramos a classe como categoria fundamental de análise e também enquanto sujeito responsável pela transformação histórica. (MARX & ENGELS, 2004)

Por muitos anos o desenvolvimento do capitalismo e os antagonismos entre burguesia e proletariado garantiram a validade científica da teoria de Marx. No entanto, o marxismo

veio a sofrer constantes revisionismos atestando que a leitura ortodoxa de Marx não dava conta da complexidade da articulação entre as esferas econômica e cultural.

No cenário nacional a teoria das classes surge nos anos 1940 na revista *Sociologia* editada pela Escola de Sociologia Política de São Paulo configurando assim uma corrente de pensamento que ficou conhecida como Escola de Sociologia da USP onde se destacaram os teóricos Donald Pierson e Florestan Fernandes.

Enquanto Pierson (1945) adotava o conceito de classes sociais como conceito "descritivo", ou seja, enquanto apenas um sinônimo para "camada social" e aplicável a qualquer sociedade humana (cfe. GUIMARÃES, 2002, p. 14), Fernandes (1948), considerava o conceito de classes sociais como um conceito "explicativo", central para a explicação sociológica, para ele a sociologia tinha "como objeto fundamental, o conhecimento da origem, da estrutura e da dinâmica da sociedade de classe". (FERNANDES, 1948, p. 14).

A aplicação dessa análise classista na explicação do problema racial no Brasil conduziu Pierson a interpretar o preconceito racial como um preconceito de classe devido à baixa posição sócio-econômica do negro e não como um preconceito racial. (cfe. MOEHLECKE, 2000).

Já as análises de Bastide & Fernandes (1955) inovam na sua leitura do preconceito racial e em uma perspectiva desenvolvimentista para a solução desse problema. Nessas análises segundo Hasenbalg (1979, p. 73):

O preconceito e a discriminação racial aparecem no Brasil como conseqüências inevitáveis do escravismo. A persistência do preconceito e discriminação após a destruição do escravismo não é ligada ao dinamismo social do período pós-abolição, mas é interpretado como um fenômeno de atraso cultural, devido ao ritmo desigual de mudança das varias dimensões dos sistemas econômico, social e cultural.

Seguindo essa mesma linha de pensamento Lovell (1992, p. 86) analisa o posicionamento de Bastide e Fernandes e chega à conclusão de que para eles "a desigualdade racial é um vestígio do passado que deve ser superado pelas forças do capitalismo moderno".

É interessante notar (obviamente na perspectiva atual) que as análises de Fernandes sobre as relações raciais no Brasil contribuíram e contribuem para os posicionamentos tanto de pró-cotas como de anti-cotas na atual polêmica sobre as cotas raciais na universidade pública.

Na medida em que Fernandes (1948) tende a considerar o preconceito, a discriminação racial e a desigualdade racial como produtos de desigualdades de classe ele se aproxima do grupo anti-cotas. No entanto, através de sua denúncia da democracia racial como um mito

(BASTIDE & FERNANDES, 1955 e FERNANDES, 1965), ele também fornece um dos principais argumentos do grupo pró-cotas.

Essa dupla contribuição do pensamento de Fernandes só vem a demonstrar (diferentemente do que o grupo pró-cotas parece entender) que uma análise classista das relações raciais não implica necessariamente em uma defesa do tão criticado mito da democracia racial.

2.2 Raça e Desigualdade

Rompendo com a perspectiva de Florestan Fernandes surgem as pesquisas de Hasenbalg (1979) e Valle Silva (1980) destacando o componente racial nas desigualdades sociais. Afirmavam diferentemente de Fernandes que a discriminação atual mais do que uma herança da escravidão era um traço marcante da sociedade capitalista contemporânea, ou seja, apenas o processo de desenvolvimento econômico não propiciaria como não propiciou o fim das discriminações raciais.

[...] a “raça” como traço fenotípico historicamente elaborado, é um dos critérios mais relevantes que regulam os mecanismos de recrutamento para ocupar posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Apesar de suas diferentes formas (através do tempo e espaço), o racismo caracteriza todas as sociedades capitalistas multirraciais contemporâneas. Como ideologia e como conjunto de práticas cuja eficácia estrutural manifesta-se numa divisão racial do trabalho, o racismo é mais do que um reflexo epifenomênico da estrutura econômica ou um instrumento conspiratório usado pelas classes dominantes para dividir os trabalhadores. Sua persistência histórica não deveria ser explicada como mero legado do passado mas como servindo aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente supraordenado no presente. (HASENBALG, 1979, p. 118).

Usando como fonte de dados as PNAD's, esses estudos procuraram demonstrar a discriminação racial como um traço contemporâneo e como a “raça” operava como um critério relativamente independente da posição de classe na distribuição das riquezas no Brasil.

Esses estudos influenciaram as estratégias de ação dos movimentos negros contemporâneos, os quais passaram a usar essas estatísticas na tentativa de destruir o mito da democracia racial, ou seja, da idéia de que no Brasil não havia preconceitos e discriminações raciais e que a igualdade de oportunidades estava aberta a todos, brancos e negros. De acordo com Guimarães (2003b, p. 192):

Apenas depois de rompida a ordem democrática, em 1964, tal crença foi considerada uma “ilusão” e a democracia racial um “mito”. Pois bem, nos anos 70 já não era o “preconceito racial”, mas a “discriminação racial”, o principal alvo da mobilização negra. Essa foi uma diferença crucial em relação às décadas passadas: a pobreza negra passou a ser tributada às desigualdades de tratamento e de oportunidades de

cunho “racial” (e não apenas de cor). E os responsáveis por tal estado já não eram os próprios negros e sua falta de união, mas o *establishment* branco, governo e sociedade civil; numa palavra, o racismo difuso na sociedade brasileira. Ou seja, a posição da massa negra e a sua pobreza, tanto quanto a condição de inferioridade salarial e de poder dos negros mais educados, seriam fruto desse racismo que se escondia atrás do “mito da democracia racial”.

Dentre os fatores que ajudaram nessa conscientização da exclusão negra podem-se citar principalmente dois que estão correlacionados.

Primeiro, o “milagre econômico” brasileiro da década de 70, quando o país cresceu a média de 10% ao ano durante quase uma década, o que parecia prenunciar o cumprimento da promessa da tão esperada integração do negro à parte rica da sociedade. A expectativa era de que “mais negros formados, menos negros discriminados”! No entanto, apesar do boom educacional causado pelo crescimento expressivo das vagas nas faculdades particulares as quais foram estimuladas pelo regime militar como uma solução para a crise das vagas no ensino superior público, os movimentos negros descobriram que o bolo crescia mas não se pretendia dividi-lo, pelo contrário, o desenvolvimento capitalista ao invés de produzir maior igualdade produziu maior exclusão!

O segundo fator, decorrente da maior internacionalização da economia brasileira foi a importação de modelos culturais, sociais e educacionais dos EUA, o que também veio a influenciar os movimentos negros nacionais.

Em suma, foi o choque entre a geração de graduados negros dos anos sessenta e as desigualdades raciais estimuladas pelo “milagre econômico” que fez germinar os movimentos negros atuais; as influências norte-americana e africana foram a semente. Ora, na sua primeira etapa (entre 1970 e 80) aquela frustração social, que estava na sua base, lhe imprimiu a marca: os movimentos negros o que fazem é vocalizar a mágoa pela pouca consideração do branco, há como uma ânsia em arrancar do brasileiro comum a confissão de que, tanto quanto o norte-americano e o sul-africano branco, ele é racista. (RUFINO DOS SANTOS, 2003, p. 120.)

Essa conscientização das desigualdades sociais como efeito da discriminação racial deu ensejo para que os movimentos negros passassem a reivindicar do Estado a execução de políticas de ação afirmativa.

Foram justamente essas demandas do movimento negro por políticas específicas (as quais encontram eco no campo acadêmico por meio dos intelectuais pró-cotas) que fizeram despertar as resistências da sociedade civil e de seus principais intelectuais, como informa GUIMARÃES (2003b, p. 195):

O movimento negro, assim como os poucos intelectuais brancos que defendiam tais políticas, viram-se politicamente isolados, por mais de uma vez, sob a acusação de

vocalizar e deixar-se colonizar culturalmente pelos valores norte-americanos. De fato, não mais contrário à identidade nacional brasileira, tal como foi formada historicamente como identidade anti-colonial, culturalmente híbrida e racialmente mestiça, que o reconhecimento étnico-racial dos negros. Assim, os que porventura tinham sólidos interesses na manutenção das desigualdades encontraram aliados cujos motivos eram puramente ideológicos, pessoas que viam nas políticas dirigidas preferencialmente aos negros a penetração no Brasil do “multiculturalismo” e do “multiracialismo” de extração anglo-saxônica.

Esses “aliados” de que fala Guimarães na resistência às políticas específicas de cunho racial estão localizados principalmente no campo acadêmico brasileiro onde grande parte de seus intelectuais argumenta que a adoção de políticas universalistas com recorte social é mais adequada para combater a desigualdade entre negros e brancos do que a “falsa solução das cotas”!

Decorrentes do diagnóstico sobre as causas das desigualdades raciais apresentam-se as receitas para a solução do problema, geralmente divididas em **políticas universalistas**, que privilegiam um recorte sócio-econômico de caráter redistributivo (defendidas pelo grupo anti-cotas) e **políticas específicas**, que envolvem ações voltadas a grupos específicos definidos por critérios de “raça”, gênero, etnia, etc. (preferidas pelo grupo pró-cotas).

Na questão das desigualdades raciais no campo acadêmico as políticas universalistas enfatizam a melhoria do ensino básico público como solução para o acesso de negros ao ensino superior. Já as políticas específicas ou ações afirmativas apontam na direção de critérios diferenciados de acesso com base na cor e/ou condição social.

Dentre as várias propostas de ação afirmativa a que tem provocado mais controvérsias é a chamada política de cotas raciais, abominada por muitos e vista por outros como o meio por excelência para a democratização da universidade pública!

Afinal, qual a melhor estratégia para resolver o problema da desigualdade racial no ensino superior público? Políticas universalistas como a melhoria do ensino básico ou políticas específicas como o sistema de cotas?

3 SOLUÇÕES DA DESIGUALDADE

As diferenças nas explicações sobre as causas da desigualdade se refletem no apoio ou oposição às políticas de cunho universalista ou às políticas específicas. Para melhor visualizar esse embate apresentam-se agora as principais vantagens e desvantagens dessas políticas conforme se constatou na pesquisa.

Deve-se notar, no entanto, que os problemas ou críticas são lançados geralmente pelo lado oposto do embate teórico e as vantagens comumente apresentadas na perspectiva dos apoiadores das respectivas políticas.

3.1 Políticas Universalistas

Como já foi dito anteriormente, essas políticas caracterizam-se como ações sociais direcionadas ao conjunto da população, privilegiando o aspecto sócio-econômico, são também chamadas de políticas redistributivas, compensatórias e dentro da literatura sobre ações afirmativas também denominadas de programas color-blind, termo utilizado nos EUA para designar as políticas sociais indiferentes à cor. Como exemplos dessas políticas poderíamos citar os programas do Governo Federal tais como o Bolsa Escola e o Fome Zero.

No caso do acesso ao ensino superior público, elas correspondem à melhoria da qualidade do ensino público fundamental e médio defendidas pela maioria da população brasileira, pelo grupo anti-cotas e pelo ex-ministro da Educação do Governo FHC, Paulo Renato Sousa, o qual em um artigo intitulado “Populismo no ensino superior” (o qual acaba revelando o seu posicionamento em relação às cotas raciais) apresenta o tema nos seguintes termos:

[...] o acesso à universidade só será democratizado de fato quando todos os jovens tiverem condições de cursar um ensino médio de boa qualidade, seja público ou privado. Enquanto não chegamos à eliminação dessas diferenças, devem ser adotadas algumas ações afirmativas importantes que não colidem com o critério de mérito na seleção de alunos. O apoio financeiro a cursos pré-vestibulares gratuitos dirigidos aos pobres, afro-descendentes e indígenas me parece, hoje, a mais oportuna. Isso foi iniciado no governo passado e tem sido seguido, diga-se de passagem no atual. Para aplicar outras medidas paliativas é preciso estar seguro de que seus efeitos negativos não venham a ser maiores do que o alívio que podem eventualmente proporcionar e que não substituam as soluções definitivas. (SOUZA, 2004, p. 1).

A principal vantagem desse tipo de política é o seu amplo grau de aprovação, não causando polêmica ou levantando resistências dos setores políticos, da sociedade civil ou do grupo anti-cotas. Guimarães, notório defensor das políticas de ação afirmativa afirma que “ninguém pode ser contra essas políticas em si. O verdadeiro problema é: serão elas suficientes para reverter o atual quadro de desigualdade racial no acesso à educação superior? Em quanto tempo o fariam?” (GUIMARÃES, 2003a, p. 79).

Apresentaremos a seguir algumas das principais críticas às políticas universalistas como solução da desigualdade.

3.1.1 Críticas às políticas universalistas

A crítica da insuficiência das políticas universalistas evocada pelo grupo pró-cotas baseia-se em duas constatações relativas a um fator temporal. O primeiro aponta para o passado, mais especificamente para o caráter de manutenção das desigualdades raciais ao longo do tempo, o que foi constatado pelas pesquisas do IPEA, conforme Henriques (2001).

As desigualdades de acesso à educação, de permanência em instituições escolares de quaisquer um dos seus níveis de realização, bem como a trajetória escolar de alunos afro-brasileiros e brancos quando comparadas, revelam-se diferenciadas e sempre em detrimento dos primeiros; Isto se confirma na perspectiva dos autores citados, do IBGE (1999) e do IPEA. Em uma sociedade racialmente excludente como a brasileira, a formulação e implementação de políticas sociais exclusivamente universalistas, por não atacarem os mecanismos geradores dessas desigualdades, vêm operando antes como forma de atualização delas, que como instrumentos que concorram para dirimi-las. É que tais políticas mantêm e em alguns casos aumentam, de forma escandalosa, o fosso que separa aqueles considerados como cidadãos, daqueles percebidos como não-cidadãos. (TEIXEIRA, 2003, p. 8, grifo acrescentado)

Ou seja, de acordo com a perspectiva do grupo pró-cotas as políticas universalistas apesar de propiciarem um aumento geral (para negros e brancos) nos níveis de renda e educação, ainda mantêm praticamente inalteradas as distâncias entre esses dois segmentos, daí porque essa inércia racial ser uma prova para o grupo pró-cotas de que as desigualdades entre brancos e negros não podem ser explicadas por critérios exclusivamente sócio-econômicos tal como as análises de classe sugerem.

Ora, o argumento de que no Brasil, a maioria das pessoas, sejam elas afro-brasileiras ou não são pobres e que, por isso, políticas públicas de caráter universalistas seriam mais eficazes, concorre para negar a existência de desigualdades raciais entre nós. Nessa perspectiva, seriam essas desigualdades hefenômenos de classe. Ideologicamente esse farisaico argumento, implícita e explicitamente, nega que a sociedade brasileira seja racista, terminando por culpabilizar os próprios afro-brasileiros por sofrerem violações em seus direitos. Afinal, os dados coletados pelas últimas PNADs não oferecem nenhum apoio à tese de que não exista desigualdade racial entre nós nas áreas por ela pesquisadas. (TEIXEIRA, 2003, p. 27).

O segundo fator temporal que serve de mote à crítica de insuficiências das políticas universalistas aponta para o futuro, ou seja, em quanto tempo essas políticas gerais produziram efeito? Essa pergunta é colocada pelos defensores das ações afirmativas e também é respondida por eles:

Meu argumento é de que essas políticas são necessárias mas não suficientes, além de que levariam muito tempo para surtirem efeito. Não são políticas suficientes se as colocarmos numa perspectiva temporal. Não são suficientes também porque as mudanças de qualidade do ensino e da distribuição de renda não teriam efeitos imediatos. Quantos anos seriam necessários para que tais políticas viessem a dar

resultado, levando em consideração que nenhuma mudança radical seria implementada de imediato? Não sei responder a essa pergunta, mas desconfio que o tempo necessário requeria o sacrifício de muitas gerações. Esse é o grande problema com essas políticas: ater-se apenas e exclusivamente a elas não parece uma proposta séria ou bem intencionada. Assemelha-se a uma resposta da arrogância, dos que acham que os fracos podem esperar. (GUIMARÃES, 2003a, p. 79).

Compreende-se então que para o grupo pró-cotas medidas imediatas são consideradas necessárias, dado que o impacto da política universalista de melhoria no ensino básico levaria muitos anos para beneficiar uma grande parte da população brasileira que já vêm suportando a exclusão por séculos!

Prova disso é o posicionamento do professor do Departamento de Sociologia da USP Kabengele Munanga, que ao analisar a pesquisa do IPEA - Henriques (2001)* chega à seguinte conclusão:

Deduz-se dessa pesquisa que se por milagre o ensino básico e fundamental melhorar seus níveis para que os alunos desses níveis de ensino possam competir igualmente no vestibular com os alunos oriundos dos colégios particulares bem abastecidos, os alunos negros levariam cerca de 32 anos para atingir o atual nível dos alunos brancos. Isso supõe que os brancos fiquem parados em suas posições atuais esperando a chegada dos negros, para juntos caminharem no mesmo pé de igualdade. Uma hipótese improvável, ou melhor, inimaginável. Os lobbies das escolas particulares cada vez mais fortes deixarão os colégios públicos subirem seu nível de ensino, tendo como consequência a redução de sua clientela majoritariamente oriunda das classes sociais altas e médias e a diminuição de seus lucros? Quanto tempo a população negra deverá ainda esperar essa igualdade de oportunidade de acesso e permanência a um curso superior ou universitário e de boa qualidade? (MUNANGA, 2003, p. 119, grifo acrescentado).

Observa-se assim que as políticas universalistas são apresentadas tanto como solução quanto como ilusão, dependendo da perspectiva do posicionamento dentro do campo acadêmico. O que esperar então dos posicionamentos do grupo pró-cotas e do grupo anti-cotas em relação às políticas específicas?

3.2 Políticas Específicas

As políticas específicas, também chamadas de diferencialistas, particularistas, ação afirmativa, discriminação positiva, e no contexto americano também conhecidas como políticas race-conscious, têm como alvo não o conjunto da sociedade mas grupos definidos por critérios específicos de “raça”, etnia, gênero, etc. Possuem vários mecanismos de ação, no caso do acesso ao ensino superior citam-se as iniciativas de pré-vestibulares para negros e também as cotas raciais.

* A qual afirma que dos 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% são negros; Dos 22 milhões que vivem abaixo da linha de pobreza 70% deles são negros e que do total de universitários no país 97% são brancos e apenas 2% são negros.

As vantagens desse tipo de políticas estão em que, se constatando que realmente há outras variáveis a influenciar a desigualdade além dos fatores sócio-econômicos, essas políticas serviriam como uma sintonia fina ajustando corretamente o alvo das políticas públicas, conseguindo assim ser mais eficazes no combate as desigualdades, sejam elas de gênero, de “raça”, ou outras, do que as políticas universalistas.

3.2.1 Críticas às políticas específicas

a) a crítica do racismo ao contrário

Uma das primeiras críticas levantadas contra as ações afirmativas é a que declara que elas representariam uma injustiça* para com os membros de outros grupos, ou seja, invoca-se o argumento de que elas seriam incompatíveis com o princípio de igualdade presente na Constituição Federal. Afinal, “se todos são iguais perante a lei, como garantir privilégios para alguns?”

Intimamente relacionada a esta crítica é feita a acusação de que as ações afirmativas ao empregarem o critério da cor, “raça”, etnia, etc., para a distribuição de direitos se constituiriam em uma forma de racismo às avessas ou racismo ao contrário! É o que demonstra Mauro Chaves no editorial do jornal O Estado de São Paulo de 15/12/01 cujo título é “cotas de racismo”:

O que significa a concessão de determinados direitos a um cidadão em razão de sua origem étnica? Significa, pura e simplesmente, uma discriminação racial. E não há razões históricas, “políticas compensatórias” ou culpas culturais de pretensas “raças” majoritárias (ou dominantes) que possam desfazer a profunda incompatibilidade que existe entre um privilégio exclusivo, concedido a uma comunidade de determinada etnia, e a noção de cidadania de um Estado Democrático de Direito. Quando as constituições das democracias contemporâneas consagram o princípio segundo o qual “todos são iguais perante a lei” (e a nossa acrescenta “sem distinção de qualquer natureza”), é para impedir que se faça qualquer discriminação de “raça” – ou de cor, ou de sexo, ou de crença – no reconhecimento dos direitos de cidadania e na distribuição de oportunidades entre os integrantes do corpo social.

Diante da crítica do grupo anti-cotas e também da grande mídia de que a adoção de cotas para negros representam uma injustiça para com outros grupos, o grupo pró-cotas (apresentando-se como representante do movimento negro) responde:

Os movimentos negros que reivindicam as cotas nunca foram contra as propostas que beneficiariam as populações indígenas, as mulheres, os homossexuais, os portadores de necessidades especiais, até as classes sociais pobres

* Não se pretende aqui focar sobre a questão legal das ações afirmativas, recomendam-se para o aprofundamento dessa questão as obras de VILAS-BOAS (2003), GOMES (2001), SILVA JUNIOR (2003) e MOEHLECKE (2000 e 2004).

independentemente da pigmentação da pele. Apenas reivindicam um tratamento diferenciado, tendo em vista que foram e constituem ainda a grande vítima de uma discriminação específica, racial. Ele tem uma clara consciência da diluição no social geral e abstrato como propõe o pensamento da esquerda, que até hoje continua a bate nas teclas de uma questão que segundo eles é simplesmente social, fechando os olhos a uma cultura racista que abarca indiscriminadamente pobres, médios e ricos em todas as sociedades racistas. (MUNANGA, 2003, p. 124).

Observa-se que essa polêmica da injustiça das políticas diferencialistas envolve as lutas simbólicas entre o universal e o particular, já que a resposta do grupo pró-cotas à essa crítica universalista apela para um “tratamento diferenciado” para a um grupo que precisa ser consolidado enquanto grupo, ou seja, o grupo negro, um grupo que precisa se particularizar para existir. Ironicamente, a reivindicação de políticas específicas para um grupo específico constitui-se numa arma simbólica de construção do próprio grupo que é sujeito dessas políticas, isto é, os beneficiários das cotas têm de se submeter, de se enquadrar na definição do grupo para poder fazer jus aos benefícios dessas políticas. As cotas para negros tendem a construir e constituir o próprio grupo para o qual elas se direcionam.

b) a crítica da auto-estima

Outro argumento que tem sido levantado contra as ações afirmativas e mais especificamente contra a modalidade cotas, esse mais de teor psicológico, é o que afirma que a entrada de estudantes na universidade ou de profissionais no mercado de trabalho por meio de cotas raciais seria uma entrada pela porta dos fundos, um favor para os negros, um empurrãozinho que além de prejudicar a própria auto-estima do negro beneficiado pela “vantagem” da cota ainda poderia estimular os preconceitos de brancos contra negros de uma forma ainda não vista no Brasil.

Esse argumento é respondido num tom de ironia pelo grupo pró-cotas que percebe nele um indisfarçável desejo de uma “elite branca” de “proteger” os negros contra a discriminação das cotas!

Contra este tipo de argumento, eu diria que ninguém perde seu orgulho e sua dignidade ao reivindicar uma política compensatória numa sociedade que, por mais de quatrocentos anos, atrasou seu desenvolvimento e prejudicou o exercício de sua plena cidadania. Desde quando a reparação de danos causadas por séculos de discriminação prejudica a dignidade e o orgulho de uma população? Os judeus tem vergonha em reivindicar a indenização das vítimas do holocausto? Onde estão o orgulho e a dignidade de uma sociedade que continua a manter em condições de gritante desigualdade um segmento importante de sua população e que durante muitos anos continuou a se esconder atrás do manto do mito da democracia racial? As cotas não vão estimular os preconceitos raciais, pois estes são presentes no tecido social e na cultura brasileira. Discriminar os negros no mercado de trabalho pelo fato de eles terem estudado graças às cotas é simplesmente deslocar o eixo do preconceito e da discriminação presentes na sociedade e que existem sem cotas ou com cotas. (MUNANGA, 2003, p. 126).

Visto desse ponto-de-vista parece bastante lógica a positividade das ações afirmativas, e como alguns membros do movimento negro argumentam, “é melhor ser discriminado dentro da universidade que fora dela”! Além disso é inquestionável que apesar de a discriminação persistir através das cotas, os possíveis ganhos materiais representados pelo acesso à universidade pública possibilitados pelas cotas são certamente uma forma de compensação que muitos estão dispostos a adquirir.

c) a crítica da classe social

Guimarães (1999) afirma que a crítica à adoção de políticas de ação afirmativa passa pela questão do não reconhecimento da sociedade brasileira das causas raciais da desigualdade entre negros e brancos e também pela opinião de que as políticas universalistas teriam os mesmos benefícios sem os efeitos colaterais das ações afirmativas, ou seja, o grupo pró-cotas estaria equivocado ao recomendar tratamento racial para um problema que é antes de tudo social!

Para o grupo anti-cotas assim como para a grande mídia a solução estaria na elevação geral da qualidade do ensino público, como o demonstra o artigo “loquacidade fora da realidade” publicado na Gazeta Mercantil de 28/08/2001.

O lastimável e pesado déficit educacional de negros, índios e mestiços decorre, sem dúvida, de um deslocamento social histórico que precisa ser corrigido, com medidas concretas. Basta correr os olhos pelas estatísticas para constatar isso. A questão não poderá, entretanto, ser solucionada pelo falso sistema de cotas que, na realidade, resultaria, na melhor das hipóteses, em um deslocamento do problema sem solucioná-lo. [...]. A solução, evidentemente, reclamam medidas de base que permitam [...] elevar o nível das camadas mais pobres – majoritariamente negras e mulatas.

O argumento do grupo anti-cotas e de vários segmentos da sociedade brasileira de que a política universalista de elevação da qualidade do ensino público é uma solução suficiente, parece estar fundamentada em uma análise de classe como nos indica Mônica Sifuentes, juíza federal em Brasília:

O problema tem, na verdade, raiz na desigualdade e forçoso é convir que também o descendente de branco, mas pobre, não ingressa na universidade, especialmente as públicas. O afro-descendente, se não tem acesso ao ensino superior, não é por que é negro, mas por que é, em geral, pobre. Sendo pobre, continuará freqüentando escolas públicas que não lhe darão condições para uma posterior formação universitária. Quem duvida de que, assegurados a todos - afro-descendente ou não -, a garantia de acesso ao ensino básico de qualidade, a luta por uma vaga na universidade não seria mais justa, e menos discriminatória? (SIFUENTES, 2003, p. 1)

Enquanto o grupo anti-cotas baseado em análises de classe destaca os fatores socioeconômicos na origem da desigualdade e aponta como solução as políticas

universalistas, o grupo pró-cotas não aceita que o problema seja exclusivamente e fundamentalmente de classe e aponta o fator racial como causa da desigualdade exigindo assim que a categoria “raça” seja levada a sério na solução da desigualdade.

Num país onde os preconceitos e a discriminação racial não foram zerados, ou seja, onde os alunos brancos pobres e negros ainda não são iguais, pois uns são discriminados uma vez pela condição sócio-econômica e outros são discriminados duas vezes pela condição racial e sócio-econômica, as políticas ditas universais defendidas sobretudo pelos intelectuais de esquerda e pelo ex-ministro da educação Paulo Renato, não trariam mudanças substanciais para a população negra. [...] Daí a justificativa de uma política preferencial no sentido de uma discriminação positiva, sobretudo quando se trata de uma medida de indenização ou de reparação para compensar as perdas de cerca de 400 anos de descolagem no processo de desenvolvimento entre brancos e negros. É neste contexto que colocamos a importância da implementação de políticas de ação afirmativa, entre as quais a experiência de cotas, que pelas experiências de outros países, se afirmou como um instrumento veloz de transformação, sobretudo no domínio da mobilidade sócio-econômica, considerado como um dos aspectos não menos importante da desigualdade racial. (MUNANGA, 2003, p. 119, grifo acrescentado).

De acordo com Munanga (1996) apesar de no Brasil prevalecerem as preferências pelas políticas universalistas para o combate do problema da desigualdade, há uma variação nas explicações das causas e também uma distinção nas soluções universalistas dependendo de uma leitura de esquerda ou de direita que se faça do problema racial!

A direita baseada na constatação da ausência do racismo institucionalizado (hoje comprovado com o fim da segregação legal nos EUA e com o fim do Apartheid na África do Sul) conclui que as diferenças sociais entre brancos e negros no atual estágio da economia globalizada só podem ser devido às:

[..] forças do mercado, indiferentes a “raça” e atentas apenas as carências dos negros, numa economia em que a inteligência, baseada no domínio da informática e das telecomunicações, é atributo indispensável para a sobrevivência de qualquer um, independentemente de sua “raça”, sexo ou religião. (MUNANGA, 1996, p. 79).

Logicamente para essa perspectiva universalista de direita, se a causa da desigualdade está relacionada a um déficit, a uma carência de cultura tanto de negros como de brancos pobres a solução passa por políticas de qualificação, de aquisição de competência, de desenvolvimento econômico e de combate à pobreza em geral.

Nessa perspectiva a questão racial na verdade é uma questão de classe que só pode ser combatida por uma transformação radical na própria estrutura econômica da sociedade. Nessa concepção de acordo com Munanga (1996, p. 80):

[...] as desigualdades raciais são interpretadas como reflexos dos conflitos de classe, e os preconceitos raciais considerados como atitudes sociais propagadas pela classe dominante, visando à divisão dos membros da classe dominada, para legitimar a exploração e garantir a dominação.

Nesse sentido, o pró-cotas Roberto Martins membro do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU e ex-presidente do IPEA (cuja gestão criou no ano de 2000 um grupo de trabalho que produziu estatísticas que procuram medir as desigualdades raciais no Brasil) comenta sobre essa particular resistência da esquerda à aceitação da existência de um problema racial no Brasil:

A esquerda, em particular, continua a manter sua relutância histórica em reconhecer e enfrentar a dimensão especificamente racial da desigualdade social, preferindo, como sempre fez, continuar apegada ao diagnóstico de classe e às propostas gerais à pobreza e à concentração de renda. [...]. Apesar do forte impacto positivo dessas ações, sempre me impressionaram a grande quantidade de reações de espanto e de incredulidade e as acusações veladas e abertas, de importar soluções “americanas” para problemas que não tínhamos, além de estarmos unicamente contribuindo para acirrar conflitos e criar ódio racial onde ele não existe. (MARTINS, 2004, p. 6, grifo acrescentado)

A análise de Munanga (1996) sobre o posicionamento da esquerda em relação às políticas de combate ao racismo parece concordar com as leituras de intelectuais de esquerda que tratam da questão racial, cita-se como exemplo Callinicos, o qual na obra “Capitalismo e Racismo” apresenta a tese de que o racismo é um fenômeno moderno próprio da sociedade capitalista. Ora, se uma análise de teor marxista sobre o racismo aponta o capitalismo e sua necessidade de dividir os trabalhadores para melhor explorá-los como causa e manutenção do racismo, conseqüentemente a estratégia para combatê-lo vai estar ligada também ao combate ao modo de produção capitalista:

d) a crítica das políticas paliativas

Outro argumento típico de setores mais à esquerda do espectro político, faz a associação entre políticas de ação afirmativa e as políticas de ajuste do projeto neoliberal, ou seja, definem as ações afirmativas como políticas compensatórias, que não eliminam as desigualdades. É verdade que essa crítica também se torna uma autocrítica na medida em que vários dirigentes e militantes do próprio grupo pró-cotas também compartilham dessa visão, mas diferentemente dos opositores das cotas continuam a afirmar a necessidade da adoção dessas políticas apesar do seu caráter paliativo.

e) a crítica da formação da elite negra

Associado ao argumento anterior vem o da inevitável fissura social que as políticas específicas causariam entre os próprios negros, ou seja, a formação de uma elite negra beneficiada pelas cotas de um lado e de outro lado uma grande maioria negra que não conseguirá usufruir as vantagens das cotas em função de fatores não relacionados à cor mas a uma condição social mínima para se fazer beneficiário! Esse fato é apontado no caso do acesso ao ensino superior já que os possíveis cotistas negros seriam os que já terminaram o ensino médio, ou seja, uma parcela mínima da população negra do país!

Nesse sentido, as ações afirmativas são entendidas por muitos como uma política de cooptação, cuja sistemática giraria em torno de atender a uma demanda de uma parcela da população negra que é o movimento negro politicamente organizado com a finalidade de reduzir as tensões do ajuste neoliberal numa operação de inclusão excludente. Essa perspectiva aponta o fato de que ao se fragmentar a luta pelos direitos através de reivindicações específicas para negros, mulheres, idosos, etc., perde-se de vista a luta pela transformação radical das estruturas econômicas excludentes da sociedade capitalista contemporânea, contentando-se com uma política reformista com ênfase na diferença. Essa perspectiva coloca então o multiculturalismo, a política de diversidade, a ação afirmativa, as cotas, na órbita dos mecanismos de reprodução do sistema capitalista e excludente!

A leitura que Carlos Nelson Coutinho faz da luta específica dos movimentos sociais contemporâneos nos dá essa idéia de fragmentação:

O movimento feminista vai brigar pelos direitos iguais para homens e mulheres, o movimento dos gays e das lésbicas vai brigar pelo direito civil à livre orientação sexual; o movimento negro vai brigar pela sua capacidade de influir na sociedade brasileira e ser respeitado na sua especificidade. Tudo isso é justo e progressista. Ora, mas tudo isso, se encaminhado mal, pode levar a uma nova forma de corporativismo selvagem, de tipo americano. Se cada um desses movimentos brigar pela sua diferença e não por aquilo que une, nós vamos ter certamente um multiculturalismo muito simpático, mas que em última instância, não é mais do que uma nova forma de reprodução do corporativismo neoliberal. Desculpem-me as feministas, os gays e lésbicas, os negros: esses movimentos são extremamente válidos, mas eles precisam ter a dimensão ético-política da universalidade. (COUTINHO, 2002, p. 38).

A formação de uma elite negra como dizem os críticos ou de uma classe média negra nos EUA (perspectiva pró-cotas) é geralmente apresentada como “prova” de que as políticas de ação afirmativa deram certo ou fracassaram, o que varia de acordo com a perspectiva de quem analisa a questão. Para os críticos das ações afirmativas o fato de que tais políticas race-conscious estão sendo gradativamente abandonadas naquele país e substituídas por

políticas color-blind é uma prova de sua ineficiência. Já para o grupo pró-cotas e seus apoiadores é nítida a visão de que a formação de uma classe média negra é um fruto inequívoco do uso das ações afirmativas nos EUA e um objetivo legítimo de ser perseguido também aqui no Brasil, mesmo reconhecendo as críticas de que não beneficiam a grande massa negra.

Munanga (2003, p. 118) por exemplo, destaca enfaticamente as positivities da ação afirmativa no EUA:

Foi graças a ela que se deve o crescimento da classe média afro-americana, que hoje atinge cerca de 3% de sua população, sua representação no Congresso Nacional e nas Assembléias Estaduais; mais estudantes nos liceus e nas universidades; mais advogados, professores nas universidades, inclusive nas mais conceituadas, mais médicos nos grandes hospitais e profissionais em todos os setores da sociedade americana. Apesar das críticas contra as ações afirmativas, a experiência das últimas quatro décadas nos países que as implementaram não deixam dúvidas sobre as mudanças alcançadas.

f) a crítica dos equívocos teóricos

Segundo o grupo pró-cotas o equívoco teórico das esquerdas está em privilegiar as análises de classe em detrimento de outros fatores da exclusão. Essa argumentação é apresentada em um artigo publicado em 08/07/2004 no Jornal Gazeta do Povo On-line sob o título “Quem tem medo das cotas?”

Ser pobre é um problema; ser pobre e negro, são dois, na aparência, e são muitos, na essência. Tratar destas questões como se fosse tudo a mesma coisa, é como tentar subir numa escada sem degraus; não se chegará a lugar algum. Aliás, uma certa esquerda que alardeia apoiar-se em Marx para apontar aos negros como única solução a instituição de uma futura sociedade socialista, faz uma interpretação positivista e economicista de Marx. Engessa o pensamento marxiano e acaba, mesmo não querendo, contribuindo com a manutenção dos vergonhosos índices socioeconômicos que põem os negros nos últimos lugares da enorme e cada vez maior fila de excluídos deste nosso amado Brasil. [...] São as políticas afirmativas que tentarão recuperar parte do terreno perdido, que tentarão estabelecer um patamar aceitável de igualdade. São discriminações positivas, como tantas que já houve neste Brasil para atender a interesses das elites.

Essa acusação da presença de equívocos teóricos é tema recorrente na discussão sobre ação afirmativa, ora parte do grupo anti-cotas para o grupo pró-cotas, ora do grupo pró-cotas para o grupo anti-cotas. O problema central opõe análises de classe às análises de “raça”.

O grupo anti-cotas tende a uma análise de classe e critica o grupo pró-cotas e as políticas de ação afirmativa por entender que há erros interpretativos e analíticos em se destacar a categoria “raça” na explicação e solução da desigualdade, ou seja, afirma que a desigualdade é de fundo econômico e que o grupo pró-cotas está apenas imitando ou deixando-se colonizar por valores americanos e suas categorias dicotômicas de cor.

Na perspectiva do grupo pró-cotas o equívoco estaria exatamente em não se considerar o elemento racial como um aspecto relevante na explicação das desigualdades. Ora, esse resgate pelo grupo pró-cotas da categoria “raça” na explicação das desigualdades reintroduz no campo acadêmico uma categoria que já se julgava enterrada e esquecida pelos avanços da ciência genética. Daí a necessidade de se analisar os pressupostos teóricos do uso da “raça” e do questionamento de sua validade científica pela maior parte do campo acadêmico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As soluções apresentadas para o problema da desigualdade de acesso ao ensino superior entre negros e brancos, tais como, a política universalista da melhoria do ensino básico público e políticas específicas como as cotas raciais de acesso ao ensino superior acabaram gerando um impasse, já que geralmente essas políticas são vistas como excludentes entre si.

No Brasil a tendência geral (porém não uma regra mas uma regularidade) é de que as cores (branca, parda, preta por exemplo) se confundam com a situação socioeconômica (rico, classe média, pobre por exemplo), pois as estatísticas demonstram que a população negra corresponde a maior parte da população pobre.

Diante desses dados apresentados constantemente pelo grupo pró-cotas como prova da necessidade de políticas específicas, o grupo anti-cotas critica os critérios raciais na definição das políticas públicas afirmando que as políticas universalistas teriam o mesmo efeito das ações afirmativas mas sem os prejuízos inerentes a elas.

Essa diluição do específico negro no social geral é entendida como um equívoco pelo grupo pró-cotas, “não vejo como tratar igualmente, falando de políticas públicas numa cultura e sociedade racista, os negros pobres e os brancos pobres, quando uns são duplamente discriminados e outros discriminados apenas uma vez”. (MUNANGA, 2003, p. 121)

No entanto, na perspectiva deste trabalho entende-se ser perfeitamente possível defender ação afirmativa e não concordar com a adoção das cotas raciais como forma de acesso à universidade pública.

Entende-se aqui que no caso específico do problema de acesso ao ensino superior o consenso (grupos pró-cotas e anti-cotas) sobre a necessidade de melhoria do ensino básico público pode ser aliado a uma proposta de cotas com recorte não-racial, tal como a que propõe o projeto de 50% das vagas no ensino superior público para os estudantes de escola pública, ou seja, uma política de ação afirmativa de cunho universalista.

Estrategicamente isso ajudaria a quebrar as resistências às políticas de ação afirmativa e alcançaria pelo menos em parte os objetivos do grupo pró-cotas já que no interior da escola pública a maioria é constituída por alunos negros e pardos.

Nesse sentido, o pró-cotas GUIMARÃES (2003, p. 81) percebendo a incoerência de se instituir cotas para negros sem fazer uma distinção de classe entre eles entende que é necessário “por uma questão de justiça social, aliar ao critério da cor o critério da carência sócio-econômica, unir políticas de flexibilização ao acesso às universidades públicas com políticas de concessão de bolsas de estudo para alunos de universidades particulares etc.”

Nesse sentido, destaca-se aqui que há várias alternativas para a consecução do ideal da igualdade de oportunidades no ensino superior, além da reserva de vagas com critério raciais, têm-se os pré-vestibulares para negros e carentes, as metas de absorção, as bolsas de estudo, etc., e de uma perspectiva mais universal a urgente necessidade de ampliação de vagas nas universidades públicas, principalmente nos cursos noturnos visando à população trabalhadora, tudo isso aliado é claro ao investimento no ensino básico de qualidade.

Diante desse leque de opções para realizar a ação afirmativa, a reserva de vagas na universidade pública perde a aura de panacéia universal dos males específicos dos negros.

Bem, aí está o desafio proposto para todos aqueles que militam pela democratização com qualidade da universidade pública brasileira e pela superação das exclusões próprias do sistema capitalista, ou seja, rearticular as políticas de ação afirmativa em um projeto mais amplo.

Nesse sentido, não se trata de ser a favor da “raça” contra a classe, nem de levantar a classe contra a “raça”, não se trata de ser a favor ou contra as ações afirmativas, não se trata de apoiar políticas universalistas em detrimento de políticas específicas ou vice-versa.

Reitera-se assim a aplicação de ações afirmativas universalistas, ou seja, uma articulação necessária entre as políticas universalistas e as políticas específicas, o que se traduz objetivamente em um apoio tanto às ações afirmativas em geral como no uso de cotas não-raciais para o acesso ao ensino superior público.

REFERÊNCIAS

BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. **Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo**. São Paulo: UNESCO-ANHEMBI, 1955.

BERNARDINO, Joaze. **Levando a “raça” a sério: ação afirmativa e correto reconhecimento**. In: BERNARDINO, Joaze & GALDINO, Daniela (Orgs.). *Levando a “raça” a sério: ação afirmativa e universidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 15-38. (Coleção Políticas da Cor).

CALLINICOS, Alex. **Capitalismo e Racismo**. Disponível em: <<http://socialista.tripod.com>>. Acesso em: 08 de setembro de 2004.

CARVALHO, José Jorge. **Ação afirmativa para negros na pós-graduação, nas bolsas de pesquisa e nos concursos para professores universitários como resposta ao racismo acadêmico**. In: GONÇALVES, Petronilha Beatriz & SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). *Educação e Ação Afirmativa: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 193-216.

CHAVES, Mauro. Cotas de racismo. **O Estado de São Paulo**, 15/12/01,

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia na batalha das idéias e nas lutas políticas do Brasil de hoje**. In: FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (orgs.). *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 11-39.

FERNANDES, Florestan. **A análise sociológica das classes sociais**. São Paulo: Sociologia, vol. X, nº 2-3, pp. 91-113, 1948.

_____. **Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução**. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **O debate constitucional sobre ações afirmativas**. In: *Ação Afirmativa – políticas públicas contra as desigualdades raciais*. SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 15-57.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **Classes, Raças e Democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Ed. 34, 2002.

_____. **Ações Afirmativa para a população negra nas universidades**. In: SANTOS, Renato Emerson & LOBATO, Fátima (Orgs.). *Ações Afirmativas – Políticas Públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003. p. 75-82.

_____. **O acesso de negros às universidades públicas**. In: *Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 12, n. 19, p. 191-204, jan/jun., 2003.

_____. **O acesso de negros às universidades públicas.** In: GONÇALVES, Petronilha Beatriz & SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). Educação e Ação Afirmativa: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 193-216.

HASENBALG, C. A. **Discriminações e Desigualdades Raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

HENRIQUES, Ricardo. **A Desigualdade Racial no Brasil:** Evolução das condições de vida na década de 90. In: Ação Afirmativa na Educação Universitária dos EUA. Rio de Janeiro. Consulado Geral dos EUA. 2001, p. 1-46, julho. (Coletânea de textos).

LOQUACIDADE FORA DA REALIDADE. **Gazeta Mercantil**, 28/08/2001,

LOVELL, P. A. **“raça”, classe, gênero e discriminação salarial no Brasil.** Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, (22): 85-98, setembro, 1992.

MARTINS, Roberto B. **Democracia racial e ações afirmativas no Brasil:** Alguns comentários ao artigo de Jonas Zoninsein. In: Econômica, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p. 163-170, junho 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/cpgeconomia/economica.htm>>. Acesso em: 08 de setembro de 2004.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Martin Claret, 2004.

MOEHLECKE, Sabrina. **Propostas de Ações Afirmativas no Brasil:** o acesso da população negra ao ensino superior. 2000. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. **Fronteiras da Igualdade no Ensino Superior:** Excelência & Justiça Racial. 2004. 205 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2004.

MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial.** São Paulo: EDUSP - Estação Ciência, 1996.

_____. **Política de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil:** um ponto de vista em defesa de cotas. In: GONÇALVES, Petronilha Beatriz & SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). Educação e Ação Afirmativa: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 115-128.

PIERSON, Donald. **O estudo do contato racial.** São Paulo: Sociologia, vol. VII, nº 1, 1945, pp. 38-53.

QUEM TEM MEDO DAS COTAS? **Gazeta do Povo On-line**, 08/07/04, Disponível em: <http://www.universiabrasil.net/html/noticia_hcbji.html>. Acesso em: 20 de dezembro de

2004.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. **O movimento negro e a crise brasileira**. Política e Administração, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p. 287-307, jul./set., 1985.

SIFUENTES, Mônica. **Quota de afro-descendentes nas universidades**. Disponível em: <www.palmares.gov.br/ClippingEletronico/Clipping2002/fev02/102-fevereiro-18-02-02.htm>. Acesso em: 14 de abril de 2003.

SILVA JR, Hédio. **Ação afirmativa para negros(as) nas universidades**: a concretização do princípio constitucional da igualdade. In: GONÇALVES, Petronilha Beatriz & SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.). Educação e Ação Afirmativa: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 99-114.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **O papel das ações afirmativas em contextos racializados**: algumas anotações sobre o debate brasileiro. In: GONÇALVES, Petronilha Beatriz & SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). Educação e Ação Afirmativa: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. p. 55-77.

SOUSA, Paulo Renato. Populismo no Ensino Superior. **O Estado de São Paulo**, 30/05/2004. Disponível em:<<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=127253>>. Acesso em: 08 de setembro de 2004.

TEIXEIRA, Moema de Poli (Org.). **Projeto Políticas de Ação Afirmativa nas Universidades Federal Fluminense e Federal de Mato Grosso**. Disponível em: <www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_RC_ST24_Teixeira_texto.pdf>. Acesso em: 04 de abril de 2002.

VALLE SILVA, Nelson do Valle. **O Preço da Cor**: Diferenciais Raciais na Distribuição de Renda no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico, vol. 10 (1): 21-44. 1980.

VILAS-BÔAS, Renata Malta. **Ações afirmativas: o princípio da igualdade**. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003.